



ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015

MAIS ROUBOS, MAIS EMPOBRECIMENTO DE QUEM TRABALHA, MAIS DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A proposta de Orçamento do Estado para 2015 representa, para os trabalhadores da Administração Pública, a continuidade das medidas de empobrecimento, de despedimentos, de roubos salariais e de destruição de serviços públicos. Tais medidas, a concretizarem-se, terão reflexos muito negativos não só para estes trabalhadores, mas também para toda a população, por via da **degradação e encerramento de serviços públicos**, aumentando brutalmente os custos para o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, educação, segurança social, justiça e demais serviços públicos.

Se é verdade que as políticas do Governo PSD e CDS-PP, com ou sem troika estrangeira, deixaram o país com números de desemprego nunca antes atingidos, particularmente na Administração Pública que já perdeu 195.000 postos de trabalho desde 2005, centenas de serviços encerrados por todo o país, é também verdade que este Governo não tem qualquer intenção de parar o ataque a estes trabalhadores.

Desde 2011 e com a previsão de mais roubos salariais por via da Lei n.º 75/2014, o Governo arrecada com o congelamento dos salários 1.700 milhões de euros, com os sucessivos cortes salariais 4.400 milhões de euros, com o roubo dos subsídios em 2012, 1.200 milhões de euros, com o trabalho gratuito de milhares de trabalhadores por via do aumento do horário de trabalho das 35 para as 40 horas o Governo mete ao bolso 1.486 milhões de euros, montantes que são dos trabalhadores e que a Frente Comum exige que lhes sejam devolvidos.

É imprescindível destruir os mitos propagandistas e eleitoralistas desta proposta de Orçamento!

O MITO DO AUMENTO DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A remuneração média líquida nominal dos trabalhadores da Administração Pública é de €976,00/mês, inferior em 18,1% ao registado em 2010, e estes trabalhadores perderam, desde esse ano, 24,1% de poder de compra. Os trabalhadores sofreram vários roubos, não só através do corte direto, mas também com o aumento das contribuições para a ADSE e para a CGA, com o congelamento das progressões e com a inexistência de aumentos salariais.

O Governo, contrariamente às promessas feitas, anunciou a continuação da política de cortes salariais, em 2015, nas remunerações ilíquidas acima dos €1500,00 e não vai devolver o que roubou. O que o Governo pretende fazer é pagar aos trabalhadores apenas 20% do que cortou no seu vencimento. Isto é: se em 100,00€ retirou 20,00€, devolverá 4,00€ (20% dos 20,00€). Devolução seria pagar os 20,00€ roubados e pagar os 100€ iniciais, logo, pagar 120,00€.

Os trabalhadores continuam a não receber o seu salário na totalidade (a partir dos 1500,00€), a não ver devolvidos todos os montantes retirados desde 2011 e a não ter quaisquer aumentos salariais.

O MITO DO AUMENTO DAS PENSÕES

As pensões estão congeladas desde 2010. A proposta orçamental apenas prevê o aumento de 1 euro nas pensões mínimas dos 1º e 2º escalões, ou seja, nas pensões até 274,00€ por mês. Os aposentados da Administração Pública não só mantêm pensões de miséria, como continuam a pagam 3,5% para a ADSE (contribuição que em 2013 registou um aumento de 133% por aposentado, sendo que este subsistema é já integralmente financiado pelas contribuições dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública).

O MITO DA «REQUALIFICAÇÃO» DOS TRABALHADORES

Requalificação foi a palavra que este Governo inventou para reduzir 60% nos salários e introduzir o despedimento sem justa causa na Administração Pública. De acordo com a proposta orçamental, há um abate na despesa de 313 milhões de euros, com a redução de efetivos por aposentação, através dos programas de rescisões por mútuo acordo e com recurso à mobilidade especial a que o governo eufemisticamente resolveu dar o nome de “requalificação”, traduzindo-se, assim, na eliminação de cerca de 15.000 postos de trabalho, ou seja: o despedimento de ainda mais cerca de 15.000 trabalhadores da Administração Pública.

O MITO DA «RACIONALIZAÇÃO» DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Para este Governo, citando o Guião para a Reforma do Estado de Paulo Portas, «racionalizar significa cortar». Isto é, o Governo quer encerrar ainda mais serviços públicos. Depois da vergonha nacional do encerramento de escolas, tribunais, serviços de finanças, serviços de saúde, entre outros, o Governo pretende encerrar mais serviços, despedir mais trabalhadores, afastar cada vez mais as populações do acesso aos seus direitos mais básicos.

O MITO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA ESTÁVEL

A evolução do PIB e do défice no 1º semestre (respectivamente 0,9% e 6,5% para uma meta anunciada de 1,2% e 4% para 2014); execução orçamental dos primeiros oito meses do ano; a dívida pública a crescer e acima dos 134%, o crescimento das importações de bens e serviços que é mais do dobro do ritmo do das exportações... demonstram como é falso o discurso do Governo quanto aos resultados das suas políticas.

O MITO DA DESCIDA DO IRS E DO FIM DA SOBRETAXA

Segundo os dados constantes dos Relatórios do governo que acompanham os Orçamentos do Estado, entre 2012 e 2014, as receitas que têm como origem os impostos que os portugueses pagam aumentaram em 4.492 milhões de euros. Cerca de 80,8% desse aumento teve como origem o IRS, com os rendimentos declarados pelos trabalhadores e pensionistas a representarem cerca de 90% de todos os rendimentos declarados para efeitos de IRS.

Para 2015, o Governo quer aumentar os impostos através do aumento do IMI e da chamada «fiscalidade verde» (que inclui aumento de impostos sobre tabaco, combustíveis, bebidas alcoólicas, veículos, imposto único de circulação, entre outros), e pretende reduzir as deduções das famílias com educação, habitação e saúde de um montante que actualmente se situa entre 1.053 euros e 1.394 euros para um limite máximo de 600 euros, resultando num aumento total de carga fiscal de 2.006 milhões de euros de impostos para as famílias, enquanto reduz a carga fiscal das empresas em 892 milhões de euros, através da redução do IRC, um imposto que incide sobre o lucro.



Todas estas propostas representam mais um ataque injusto e inaceitável para os trabalhadores da Administração Pública. A única alternativa possível e capaz de construir uma verdadeira política de valorização dos trabalhadores e da sua dignidade é a que passa por mudar o rumo do país e acabar com esta política de desagregação social, de destruição dos serviços públicos essenciais para os cidadãos e de regresso a um passado de ainda maiores clivagens sociais entre os poucos que muito têm e os muitos que pouco ou nada possuem. Um caminho que, para Frente Comum, a luta dos trabalhadores e do Povo ajudará a fazer.

Uma luta que terá de ser dirigida contra este Governo e as suas políticas, a par da exigência de políticas que respeitem a Constituição da República Portuguesa e, conseqüentemente, a valorização das funções sociais do estado, por uma Administração Pública ao serviço de todos.

Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

29 de Outubro de 2014